

A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS ESPAÇOS DO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO SEGUNDO

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da* – UFJF

GT-02: História da Educação

Introdução

Dois de dezembro de 1837. O futuro Imperador, Pedro II, completava doze anos de idade. Nesta data foi fundado o *Imperial Collegio de Pedro II* (CPII), instituição de ensino secundário, para a qual seriam aproveitadas as instalações do Seminário de São Joaquim, localizado no centro do Rio de Janeiro.

A criação do CPII pode ser compreendida como um resultado das ações implementadas pelo grupo político denominado *Saquarema* ou *Regressista* junto ao Estado brasileiro a partir do período regencial. Os Saquaremas instituíram um poder forte e centralizado, através do qual, a seu modo, pretenderam construir e desenvolver o Império do Brasil (Mattos, 1999).

Centralização, ordem e civilização. Estas palavras definem resumidamente o conteúdo do projeto idealizado para o país concebido pelos dirigentes saquaremas. Eles e Dom Pedro II fizeram da Coroa um partido. Através de ações políticas coordenadas e da construção de um aparato administrativo e burocrático subordinado a um único comando, procuraram exercer o poder de maneira vigorosa e central.

Os Saquaremas visavam assegurar a continuidade da *ordem*, ou seja, do caráter elitista e desigual da sociedade brasileira, através da manutenção do monopólio da mão-de-obra, da terra, dos negócios, da política e dos homens imperiais. Nesse processo, educação e instrução tornaram-se preocupações importantes em sua agenda. Seus olhos estavam postos sobre todos, tanto sobre o homem comum, quanto sobre o grupo do qual faziam parte, a boa sociedade imperial. Ao promover sua intervenção no Estado, em busca de ditar os rumos da construção da *Nação Brasileira*, os Saquaremas construíam a si próprios e preparavam sua expansão (Mattos, *op. cit.*).

O contexto ajuda a compreender a criação de um estabelecimento como o CPII. Um colégio que ajudaria na retomada da figura simbólica do Imperador, que serviria de padrão para o ensino secundário brasileiro, cujo projeto pedagógico visava oferecer uma formação abrangente e distintiva, própria aos filhos da elite, jovens que, no futuro, após

* Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF.

passarem pelas Academias Superiores, estariam aptos a ocupar o mundo do governo imperial, garantindo assim, em teoria, a expansão Saquarema.

Maria Haidar (1972) sustenta que o CPII não conseguiu desempenhar a função de *padrão real* do ensino secundário brasileiro, apesar de ter sido considerado como o *padrão ideal*. A maior parte dos estabelecimentos secundários limitou seu currículo aos conhecimentos exigidos nos *Exames de Preparatórios*, provas que davam acesso as Academias Superiores. O ensino secundário em todo o país, “*com um ou outro acrescentamento, com uma ou outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias*” (*op. cit.*, p.19).

Era uma exceção o CPII, a “*menina dos olhos do Imperador*”, como considerava Pedro II a instituição que carregava seu nome (Schwarcz, 1998). O Colégio, pelo menos até o final dos anos de 1860, ofereceu uma formação abrangente, um conjunto de conhecimentos e atividades superior às matérias exigidas nos preparatórios.

O presente trabalho analisa a dimensão educativa (Frago, 1998) dos espaços organizados no CPII para abrigar a formação secundária oferecida aos jovens da boa sociedade imperial. Em busca de melhor compreender as relações entre espaço e educação escolar, examinamos as zonas externas e internas do CPII, sua inscrição na cidade carioca, a criação do Internato em 1857 e a presença de dois lugares em particular: a Cafua, própria aos castigos e punições; e o Salão Nobre, onde aconteciam as cerimônias de distribuição de prêmios e de colação de grau.

O entorno, as zonas externas e as zonas internas do prédio do CPII.

O Rio de Janeiro foi o núcleo político, econômico e cultural do país durante o período imperial. A sede do governo funcionou como uma espécie de laboratório onde os dirigentes saquaremas testaram medidas e avaliaram ações que buscavam estender à administração geral (Mattos, *op. cit.*).

Desde 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a cidade passou por mudanças em vários setores, principalmente em seu espaço urbano. Os treze anos de Dom João VI na terra carioca dotaram a cidade de um mínimo indispensável de instituições administrativas, financeiras e culturais, inaugurando, nos trópicos, uma

Corte de feição européia (França, 1998). A partir da Independência, o processo de modernização da cidade foi acentuado e, na época da fundação do CPII, a Corte possuía ares rarefeitos de metrópole.

O Colégio da Corte estava situado na região central do Município Neutro. Apesar das melhorias que vinham sendo feitas na cidade, o Rio de Janeiro não possuía água encanada nas residências, nem rede de esgoto. Seu estado sanitário deixava muito a desejar e não era rara a presença de doenças como febre amarela, cólera e varíola. As moradias eram modestas. Suas ruas eram estreitas, pouco iluminadas e precariamente pavimentadas.

Na Rua Direita ou Rua Larga de São Joaquim encontrava-se o prédio do CPII¹. Era uma região central, portuária, de fácil acesso, onde circulava um grande número de pessoas. Dali à sede do governo imperial andava-se pouco. Existiam nesta rua, além do CPII, algumas igrejas, lojas de roupas e armazéns de secos e molhados. Parte do prédio do Colégio chegava a Rua do Valongo, onde até perto de 1845 funcionava o mercado de compra e venda de escravos.

A rua era considerada pelos dirigentes do CPII um espaço *desordenado, doente, viciado e pecaminoso*, uma ameaça à *boa* formação que se buscava implementar no interior do Colégio. Os discentes internos que por vezes tinham a oportunidade de sair do CPII poderiam chegar, sem demora, aos principais pontos de entretenimento da cidade onde poderiam ter contato com *todo tipo de gente ou coisas desagradáveis*, mas também com o *glamour* das lojas de roupa à moda francesa, perfumarias, barbearias, confeitarias, teatros, cafés e livrarias. Escragnolle Dória² nos informa sobre as atrações que a cidade oferecia aos alunos do Colégio da Corte durante a década de 1840:

Quando os internos do PII saíam aos sábados, como Álvares de Azevedo, espalhavam-se pelo Rio. Se iam ao teatro, riam-se com o Martinho, o Vasques, o Corrêa, puxando a gargalhada às platéias. João Caetano brandia o gladio trágico. A Candiani soltava os cabelos sobre os ombros para cantar a *Casta Diva da Norma*. Os amadores dos esgares de palhaço ou de piruetas de circo afluíam ao Circo Olympico, da rua de Sant'anna, onde se exhibia uma celebre macaca, a Gregoria, e um cavallinho ensinado, o Capadocio. Quem gostava de dansas, de dominós, de gamão, de tiro ao alvo ia para o Tivoli (p.262-263).

¹ A Rua Direita é hoje a Avenida Marechal Floriano, onde funciona a *Unidade Centro* do CPII.

² Artigo de Escragnolle Dória, intitulado *Álvares de Azevedo no CPII – homenagem ao 62º aniversário de seu falecimento*. Documento de 25/04/1914, localizado no Arquivo Nacional (AN), código 46.20.

O prédio que abrigou o CPII teve que ser modificado para atender as necessidades da escola recém-criada, visto que o Colégio ocupou as antigas instalações do Seminário de São Joaquim. Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro do Império, designou o arquiteto Grandjean de Montigny³ para coordenar as obras que, “*no como pôde das pressas e das adaptações*” (Dória, 1997, p.24), teria proporcionado às novas dependências “*espaço, ar e luz*” (*id.*).

Modificações foram realizadas no prédio do antigo Seminário para dar lugar ao Colégio da Corte. A este respeito, Moreira de Azevedo (1862) conta que “*empreenderam-se grandes obras no edifício do Seminário; os antigos cubículos apertados e escuros dos seminaristas foram transformados em salas extensas, em dormitórios espaçosos*” (p.30). No entanto, ofícios trocados entre os Reitores do CPII e os Ministros do Império revelam que as obras coordenadas por Montigny não atenderam a todas as necessidades do Colégio, restringindo-se a discretos melhoramentos e adaptações.

O processo de estruturação espacial do CPII acompanhou a tendência observada por Antônio Viñao Frago (*op. cit.*), no caso dos colégios secundários espanhóis, onde foi comum “*recorrer a edifícios e locais não pensados na sua origem como escola, mas que, por diferentes maneiras, se destinavam total ou parcialmente ao ensino*” (p.70). Do mesmo modo que na Espanha, o local escolhido para abrigar o CPII apresentava arquitetura de estilo conventual e religioso.

Moreira de Azevedo (*op. cit.*) e Joaquim Manuel de Macedo (1991) apresentam em suas memórias descrições sobre o prédio do CPII na década de 1860. Entre a zona externa e o interior do prédio do Colégio, a portaria, uma espécie de estação transitória entre o “universo da rua”, da *desordem*, e o “mundo da escola”, da *ordem* a ser imposta. Após romper as *grades de ferro* e entrar no Colégio, os autores nos falam de um espaço que ainda se confundia com a Igreja de São Joaquim; de um salão onde acontecia a principal prática ritualística da instituição, a Cerimônia de Distribuição de Prêmios e de Colação do Grau de Bacharel em Letras; da sala que abrigava o retrato do Imperador Dom Pedro II; das diversas salas de aula; da biblioteca; do refeitório; da sala de descanso dos professores; e dos pátios de recreio.

³ O arquiteto Grandjean de Montigny veio para o Brasil junto com a Missão Artística Francesa em 1816. O grupo de pintores, arquitetos, escultores e técnicos tinha a função de remodelar a cidade à moda europeia (França, *op. cit.*).

A criação do Internato

O prédio do CPII já não comportava, ao final da década de 1840, o número de alunos externos e internos matriculados na instituição. Ofícios enviados pelos Reitores do CPII ao Ministério do Império solicitavam melhorias nas *condições higiênicas* do edifício. Os Reitores reivindicaram o aumento do tamanho dos dormitórios, do número de banheiros e das salas de aula; a caiação do seu exterior; a resolução para os problemas do fornecimento de água e de escoamento de esgoto. As carências do prédio da Rua Larga de São Joaquim e a elevação do número de jovens matriculados no Colégio contribuíram para que o governo imperial tomasse a decisão de organizar um outro lugar para fazer funcionar a instituição.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro do Império, fez referência, em 1855, à intenção do governo de organizar outro espaço para o CPII, diante das inconveniências higiênicas do seu edifício original:

este edificio não pôde continuar a servir para o internato. Já insufficiente no estado em que se acha, porque ali não ha onde acomodar convenientemente os repetidores, nem onde ter salas com o espaço necessario para todas as aulas; visto como os dormitorios occupam as principaes divisões do edificio; pouco salubre já por sua posição no centro da Cidade para conter o avultado numero de alumnos internos que possui, e que tende a augmentar extraordinariamente, já pela humidade que domina grande parte do edificio, e finalmente inconveniente pela falta muito sensivel de logares de recreio, e nos quaes os meninos façam os exercicios gymnasticos, tão essenciaes em sua idade, e tão recommendados para sua educação physica por todas as autoridades competentes (p.59–60).⁴

Os argumentos de Couto Ferraz correspondem às recomendações que os médicos higienistas fizeram a respeito da organização dos espaços destinados a funcionar como escola durante o Século XIX. Eles aconselhavam que as instituições educativas fossem construídas numa região distante dos centros urbanos; que suas zonas internas estivessem iluminadas, arejadas e com amplos espaços; e que possibilitassem o bom desenvolvimento da saúde dos estudantes, para o que seriam necessários locais disponíveis para a prática dos exercícios ginásticos (Gondra, 2000).

⁴ Relatório do Ministério do Império de 1855.

O Decreto de 24/10/1857 dividiu o CPII em dois estabelecimentos: o Externato, que continuaria no mesmo prédio do centro da cidade; e o Internato, que seria localizado no bairro do Engenho Velho.

Moreira de Azevedo (op.cit.) e Joaquim Manoel de Macedo (op. cit.) também apresentam descrições do prédio do Internato, ressaltando que a instituição atendia às condições consideradas ideais para abrigar o exercício da tarefa educativa. Destacam, por exemplo, a harmonia do Internato com a natureza e a criação de áreas para a prática da ginástica. No entanto, também o casarão do Internato precisaria passar por obras de ajustes e reparos. O próprio Joaquim Manuel de Macedo, ao final de sua descrição, cobrava do governo imperial as modificações que, em 1862, ainda precisavam ser feitas na casa alugada no bairro do Engenho Velho.

O número de alunos matriculados no Internato do CPII parecia ser maior do que o lugar estava apto a comportar. Era grande a demanda de jovens da Corte e das províncias que buscavam sua matrícula na instituição. Em 1877, os periódicos “*Globo*” e “*Jornal do Commercio*” fizeram críticas ao excessivo número de internos residentes no Internato, um *perigo* diante da epidemia de febre amarela que corria no Município Neutro. César Augusto Marques, Reitor, solicitou ao governo que mandasse uma comissão de médicos para inspecionar o Internato. Tal comissão atestou a insuficiência da extensão dos dormitórios dos alunos e o estado insalubre das salas de aula que não possibilitavam a renovação do ar⁵. Dias depois, outra notícia seria veiculada na “*Gazeta de Noticias*”, denunciando que os alunos não tomavam banho diariamente. O Reitor admitiu o fato e deu suas explicações: “*é impossivel, por ora, ser este serviço feito diariamente, já por que são pequenos os banheiros e já por falta d’agoa, pois esta corre pelas torneiras não em abundancia e sim em fio fino*”⁶.

As recomendações higiênicas esbarravam no grande número de alunos matriculados no CPII, fruto do prestígio alcançado pela instituição e da carência de instituições secundárias localizadas na Corte.

As informações sobre as deficiências dos prédios do Externato e do Internato revelam a intervenção de um importante interlocutor nos assuntos pertinentes ao CPII, a imprensa. O governo imperial e os Reitores do CPII passaram a ser alvo de jornalistas que denunciavam problemas de toda ordem, como a carência e a insalubridade dos prédios do Colégio.

⁵ Ofício de 3/03/1877. Documento registrado no AN, código IE4-66.

⁶ Ofício de 12/03/1877. Documento registrado no AN, código IE4 – 66.

A Cafua e o Salão Nobre do CPIO

Como afirma Antônio Frago (*op. cit.*), todo espaço é um lugar percebido. Em verdade, não percebemos espaços, mas lugares, ou seja, espaços construídos, elaborados. As descrições de Moreira de Azevedo e de Joaquim Manuel de Macedo são representações dos espaços do CPIO que foram lembradas e que carregam consigo a interpretação destes autores. Interpretação que é resultado da disposição material dos espaços do Colégio, como também de sua dimensão simbólica. Em especial, dois espaços específicos do CPIO quase sempre aparecem nas memórias e recordações de ex-alunos e professores: a Cafua e o Salão Nobre. A nosso ver, a lembrança freqüente destes lugares pode ser explicada pelo aspecto simbólico que os envolveu. Um simbolismo construído a partir de dicotomias associadas a estes espaços: o escuro e o luminoso; o fechado e o aberto; o escondido e o visível; o sujo e o limpo; o privado e o público; o vergonhoso e o célebre. Dicotomias que afetavam, principalmente, a concepção dos alunos sobre o que fazer e o que não fazer, sobre que atitudes tomar e que atitudes não tomar. Enfim, a Cafua e o Salão Nobre podem ser interpretados como espaços educativos voltados para a formação e a transformação dos indivíduos. Lugares onde eram aplicadas estratégias disciplinares de punição e de recompensa (Foucault, 1996).

Cafua: o lugar das punições

A preocupação com a disciplina é uma das características das instituições escolares. Apesar de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1950), na abertura das aulas do CPIO, afirmar que a disciplina deveria pesar mais sobre os empregados, do que sobre os alunos da instituição, “*faceis de conduzir quando a vigilância e o respeito lhes assinala a estrada*” (p.178), observamos no Regulamento n.8⁷ diversas normas que diziam respeito ao que seria permitido e ao que não seria permitido aos discentes do estabelecimento. Eles não podiam sair do Colégio sem autorização do Reitor; voltar à instituição depois das horas marcadas ou sem a companhia de seu responsável; tirar o

⁷ O Regulamento n.8 (Brasil, 1838) dispunha sobre as normas administrativas e pedagógicas do CPIO.

uniforme; possuir livros ou periódicos sem a prévia fiscalização do Reitor; comportar-se de maneira inadequada; perturbar a ordem; dormir ou trabalhar em aposento separado; fazer trocas ou negócios com seus colegas; praticar jogos de cartas, de azar ou outros, a dinheiro; trazer armas, pólvora, fogos de artifício ou bebidas alcoólicas para a instituição; cometer falta contra os costumes e a religião.

Para coibir o desrespeito às normas ou outros atos que o Reitor julgasse reprováveis, aos alunos seriam aplicadas punições de acordo com a gravidade da transgressão. O Regulamento n.8 previa os seguintes castigos:

1° Privação de huma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinario. 2° Privação de passeio com trabalho extraordinario. 3° Proibição de sair. 4° Prisão: a prisão será hum lugar sufficientemente claro, e facil de ser inspeccionado onde o Alumno occupar-se-há constantemente em algum trabalho extraordinario. 5° Privação de ferias, em todo, ou em parte. 6° Vestir a roupa ás avessas. O Alumno assim vestido occupará lugar á parte nas aulas, e Salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios. 7° Moderada correcção corporal. 8° Exclusão do Collegio (p.75).

Michel Foucault (1986) identifica em determinadas instituições, como as escolares, um sistema disciplinar cujo objetivo é coibir os atos reprováveis, mas também produzir os comportamentos considerados como desejáveis aos seus alunos. Identificamos no Regulamento n.8 a previsão deste sistema que, segundo Foucault, funciona como “*um pequeno mecanismo penal*” (p.19).

No caso do CPII, percebemos que a maior parte dos castigos previstos para os alunos atingia o tempo disponível que eles dispunham para realizar outras atividades que não aquelas prescritas por seus professores e mestres. Este era o momento dos passeios, do recreio, das saídas e das férias, uma raridade na jornada escolar dos internos do Colégio.

A encadernação intitulada “*Livro em que se acham lançados os castigos que soffreram os alumnos do internato do imperial Collegio de Pedro Segundo no corrente anno de 1872*”⁸ reúne anotações dos inspetores de alunos sobre como se comportaram os discentes durante aquele ano escolar. As anotações são breves e objetivas. São registrados os nomes dos alunos, os atos indisciplinares que cometeram e a punição aplicada. Os atos registrados com maior frequência foram: *conversar na capela durante a oração e fumar cigarros*. As principais punições aplicadas: *privação do recreio e*

⁸ Este manuscrito está sob a guarda da Biblioteca Nacional, código 19, 4,10.

prisão na cafua. Em 1857, o Decreto 2006 de 24/10 havia alterado o sistema de punições. Os meios disciplinares passaram a ser os seguintes:

1° Repreensão fóra da aula. 2° Repreensão dentro da aula. 3° Tarefa de trabalho nas horas de recreação. 4° Alguns castigos que excitam o vexame. 5° Prisão com tarefa de trabalho em cellula. 6° Comunicação aos pais para castigos maiores. 7° Expulsão do estabelecimento (Brasil, 1857, p.392).

A *conversa na capela* era um ato considerado leve e deveria ser punido com a privação das horas de recreação, sendo os infratores colocados num lugar onde seriam obrigados a realizar algum trabalho escolar. A ação de *fumar cigarros* era vista como mais grave. Neste caso, os alunos deveriam ser levados à prisão (*cellula*), um local que, segundo os estatutos, deveria ser suficientemente claro, permitindo que os infratores elaborassem trabalhos extraordinários. No entanto, a prisão ou *Cafua*, termo que aparece nos officios dos Reitores e nos relatos de ex-alunos do Colégio, não apresentava estas condições. Em 1846, o Ministro do Império, dizendo representar o Imperador, mandou o Reitor providenciar outro local para servir de prisão aos alunos:

os quartos que servem para reclusão dos alumnos d'esse Collegio, que por suas faltas merecem esse castigo, são inteiramente improprios para semelhante uso, tanto pela insufficiente incapacidade d'elles, como pela falta de luz, e pela prejudicial proximidade do lugar, em que se fazem os despejos do mesmo Collegio: manda o mesmo Augusto Senhor que V.M.ce dê as providencias a fim de que para aquelle castigo se prepare com urgencia outro lugar, que não offereça os inconvenientes que ficão apontados⁹.

A Cafua era um lugar escuro, estreito, sujo e com pouca iluminação, bem diferente do que determinava o Regulamento n.8 e o Decreto de 1857. Além do aspecto higiênico e da necessidade de fazer com que os alunos estivessem sempre *produzindo*, o Imperador pode ter mandado providenciar outro local para funcionar como prisão por considerar que aquele espaço não era digno dos filhos da *boa sociedade*, daqueles que estavam sendo preparados para, no futuro, ocupar o mundo do governo imperial. Apesar da ordem de Dom Pedro II, a Cafua não teve seu aspecto alterado. Segundo Dória (*op. cit.*), professor do CPII, “*ali o estudante de História Natural podia solitariamente recordar a matéria, à passagem rápida de rato ou ao voejar de baratas*” (p.79).

⁹ Officio de 1846. Documento registrado no AN, código IE4-32.

Salão Nobre: o lugar das recompensas.

O Salão Nobre abrigava a cerimônia mais importante do CPII, aquela onde eram distribuídos os prêmios aos *melhores alunos* do Colégio e conferido o grau de Bacharel em Letras aos formados pela instituição.

Três modalidades de prêmios eram distribuídas aos alunos. Dois seriam oferecidos “na 1ª Aula para os *alumnos*, que melhor fizerem *huma dissertação filosofica em lingua Nacional*. Na 2ª Aula para os que melhor compuzerem um *discurso latino*” (Brasil, Regulamento n.8, *op. cit.*, p.81). Esses primeiros prêmios revelam uma das habilidades que o CPII esforçou-se por desenvolver em seus discentes, aspirantes ao mundo do governo imperial, a composição de textos e discursos, especialmente através da cadeira de Retórica.

Outro prêmio seria oferecido aos alunos que obtivessem o primeiro lugar nos chamados *Exames Gerais*. Estas provas escritas e orais aconteciam ao final do ano letivo, onde os alunos eram avaliados nos pontos das diferentes cadeiras do plano de estudos do CPII. Participavam do julgamento dos exames os professores do Colégio, o Reitor, o Vice-Reitor e um comissário designado pelo Ministro do Império, compondo o *Tribunal de Exame*. O resultado era apresentado de acordo com os graus: aprovado plenamente, aprovado simplesmente e reprovado. Os alunos reprovados deveriam repetir todo o curso de estudos e, caso a reprovação se repetisse, eles seriam excluídos do CPII.

Além dos *Exames Gerais*, os alunos do CPII eram também submetidos a avaliações trimestrais e a concursos mensais chamados *Concursos de Lugares* (Brasil, Regulamento n.8, *op. cit.*). Consistiam na elaboração de um trabalho escrito, cujo tema era escolhido por um professor designado pelo Reitor. Cada turma realizava o seu concurso. Os seis alunos que obtivessem os melhores resultados teriam um assento reservado nas salas de aula, denominado *Banco de Honra*. O resultado desse concurso era organizado numa lista que deveria estar visível nas referidas salas.

O sistema de exames e concursos implementado no CPII tinha como objetivo aferir o rendimento acadêmico dos alunos. Ele também selecionava, dentre todos, os *mais talentosos* e os *mais capazes*. O sistema funcionava como uma técnica de individuação (Foucault, *op. cit.*). Exames e concursos eram utilizados como ferramentas de classificação que buscavam tornar visíveis os melhores alunos, distinguindo-os da massa indiferenciada.

Os destaques experimentavam a notoriedade e a honorabilidade conferidas na Cerimônia de Distribuição de Prêmios. Nas palavras de Escragnolle Dória¹⁰, “o exame era o baptismo dos estudantes do Pedro II. Faltava-lhe o sacramento da confirmação, que, como acontecem com os baptizados, nem todos recebiam. Esse sacramento vinha a ser a distribuição dos prêmios” (p.257).

A cerimônia tinha como objetivos distribuir os prêmios aos alunos que tivessem alcançado os melhores resultados nos *Exames Gerais* e conferir o grau de Bacharel em Letras aos formados pelo CPII. A reunião contava com a presença dos profissionais do ensino do Colégio e as autoridades do governo imperial, Ministro do Império, o Imperador e a Imperatriz. Essas autoridades apresentavam ao público o resultado de suas ações no âmbito da instrução secundária, os alunos premiados e os Bacharéis formados pelo CPII. Conferiam prestígio à cerimônia e ao CPII, bem como se mostravam ao público presente, construindo suas próprias imagens.

A cerimônia tinha início com o discurso do professor de Retórica. A seguir, o Reitor fazia a leitura dos nomes dos premiados, cujas recompensas eram distribuídas pelo Imperador e pela Imperatriz. Os prêmios eram obras latinas ou filosóficas encadernadas em ouro, recebendo também, os premiados, uma coroa entrecida com ramos de café e flores, símbolo de dignidade, de vitória e do Império do Brasil. Assim se manifestou o “*Jornal do Commercio*” sobre a primeira Cerimônia de Distribuição de Prêmios do CPII, ocorrida em 1838¹¹:

A distribuição dos premios he sempre, e em todos os paizes, a solemnidade principal destas instituições, o dia do triumpho para os alumnos premiados, a ocasião das mais vivas alegrias para seus paes. Quanta consolação não suscita nesses jovens corações, ainda extremes de outros sentimentos menos candidos, o premio que lhes he conferido diante de hum concurso numerosos de espectadores! Que poderoso incentivo para redobrar de esforços nos estudos a que se dedicação! Esta primeira cerimonia dos premiados foi no collegio Pedro II tão esplendida e apparatusa quanto podia ser. A sala achava-se ricamente adornada. Hum docel e estrado haviam sido preparados para o Imperador e o Regente, ficando nos lados os ministros e grande numero de pessoas distinctas que assistirão á cerimonia (p.8).

A cerimônia transformava-se num espetáculo, um meio pelo qual o CPII construiu sua imagem e seu lugar no âmbito da instrução pública secundária brasileira. A partir de

¹⁰ Artigo de Escragnolle Dória publicado na Revista da Semana em 25/04/1914, localizado no AN, código 46.20.

¹¹ Notícia publicada no *Jornal do Commercio* em 14 de dezembro de 1838, reproduzida por Collegio Pedro II (1925).

1843, ano em que o primeiro grupo de alunos terminou o curso de estudos do Colégio, passou também a acontecer, após a distribuição de prêmios, a Colação do Grau de Bacharel em Letras.

O ritual da Colação do Grau era estruturado de modo preciso. Regulado por Decreto, deveria ter início em seguida à distribuição dos prêmios. O Reitor do CPII apresentava ao Ministro do Império e ao Imperador cada um dos bacharelados, pela ordem de suas matrículas. Logo após, o bacharelado colocava-se de joelhos e prestava sobre os Santos Evangelhos o seu juramento: “*Juro respeitar e defender constantemente as instituições patrias: concorrer, quanto me fôr possível, para a prosperidade do Imperio: e satisfazer com lealdade as obrigações, que me forem incumbidas*” (Dória, 1997, p.72).

Prestado o juramento, o bacharelado deveria seguir na direção do Ministro do Império e do Imperador. O dirigente colocaria sobre a cabeça do jovem o símbolo do saber adquirido durante o curso realizado no Colégio da Corte, “*o barrete da Faculdade de Letras (de setim branco e franjas da mesma côr)*” (*id.*). Ao colocar o barrete, deveria dizer o Ministro ou o Imperador: “*Dou-vos o gráo de Bacharel em Letras, que espero honreis sempre tanto, como o haveis sabido merecer*” (*id.*).

A primeira cerimônia de Colação do Grau de Bacharel em Letras ocorreu em 1843. Escragnonle Dória (*op. cit.*), apoiado em artigos de jornais e memórias de ex-alunos do CPII, narrou o evento ocorrido em dezembro daquele ano:

Aos primeiros premiados dignou-se D. Pedro II entregar recompensas, os demais atendidos pelo reitor, com expressões de benignidade. A Sala Grande da Casa, senão a maior do Brasil, estava repleta de público. Dele boa parte, por má colocação das cadeiras, ficou privada de presenciar o ato da colação e o cortejo dos alunos premiados [...] Finda a colação de grau o bacharel Busch Varella leu discurso de agradecimento e despedida, a produzir no auditório grata impressão. (p.55-56).

O CPII exibia ao público presente o seu produto final, os Bacharéis em Letras. O sucesso do investimento era comprovado mediante o discurso do representante dos Bacharéis, indivíduo que mostrava a todos, a aquisição de uma das habilidades mais prestigiadas no interior do Colégio, a eloquência.

No ano seguinte, 1844, o texto do juramento do bacharelado seria modificado pelo Decreto 354 de 25/04. Os Bacharéis em Letras que antes juravam *respeitar e*

defender as instituições pátrias, passaram a prometer, a partir de então, *manter* a religião do Estado, *obedecer* e *defender* o Imperador.

Juro manter a Religião do Estado, obedecer, e defender a Sua Magestade o Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, as Instituições Patrias, concorrer quanto me for possível para a prosperidade do Imperio, e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas (Brasil, Decreto 354, 25/04/1844, p.84).

O novo juramento estava mais adequado às intenções de Bernardo Pereira de Vasconcellos (*op. cit.*) que, em discurso proferido na cerimônia de inauguração das aulas da instituição, disse ser dever do CPII “*dar à Pátria, à Nação, à Liberdade, ao Trono e ao Altar, servidores fiéis, honra e glória do Nome Brasileiro*” (p.179).

As cerimônias aconteciam no Salão Nobre. A presença da banda da Guarda de Honra do Imperador ajudava a dar um clima solene ao ritual, começando pela entrada de *Suas Altezas Reais* no CPII. Dentre os objetos dispostos no Salão, destacavam-se o trono da Imperatriz e do Imperador, além de uma mesa que reunia os Reitores, professores do Colégio e demais autoridades do governo. A disposição destes objetos no espaço era definida pela hierarquia existente entre os indivíduos presentes. O trono erguido e colocado na posição mais elevada do recinto. Num nível inferior, a mesa de Reitores, professores e autoridades. Aos futuros Bacharéis eram reservadas cadeiras de modo que todos pudessem ser vistos por todo o público.

Os Bacharéis em Letras eram as insígnias figuras da cerimônia. A ocasião exigia uma preparação especial por parte dos alunos e de suas famílias, condizente à distinção e notoriedade assumidas pelos bacharelados no dia em questão. Seus trajes, sua chegada ao CPII, tudo merecia cuidado:

O alfaiate da moda era o Raunier, ao qual se dirigiam os bacharelados mais endinheirados, para uma casaca, um colete e uma calça desejados a primor. Segundo a praxe, o bacharelado devia ir de casa ao Pedro Segundo de coupé, puxado por parelha de cavalos brancos e cujo aluguel por horas custava muito caro, pelo menos cem mil réis, despesa fabulosa no tempo. (Dória, *op. cit.*, p.92-93).

A Cerimônia de Distribuição de Prêmios e de Colação do Grau do CPII parecia alterar a paisagem da região central do Município da Corte. O CPII inscrevia-se na cidade, alterando o seu cotidiano e até mesmo sua aparência. Imaginemos como se dava o deslocamento do Imperador e da Imperatriz até o Colégio: carruagens, batedores da Guarda de Honra, banda de música. A Rua Larga de São Joaquim via-se tomada de

gente: autoridades imperiais, professores, familiares dos bacharelados e curiosos. O interior e o exterior do Colégio eram adornados, alterando a paisagem da rua. Ao final, restavam no chão da Rua Larga as folhas de mangueira e canela, a festa estendendo-se para os bairros onde residiam os Bacharéis em Letras:

A presença, constante do Imperador e da sua família, de Ministros de Estado, das pessoas mais gradas do Rio de Janeiro, imprimiam à colação de grau dos bacharéis em letras pelo Pedro Segundo a maior importância e solenidade ao ato anual. Não duvidemos: alguns a ele sem dúvida só compareciam para que o Imperador os visse [...] despediam-se o Imperador e a Imperatriz, ao som do Hino Nacional, invariavelmente seguidos até a porta da rua, atapetada de folhagens, pelo reitor e pelos professores incorporados. Os novos bacharéis dirigiam-se para casa, no famoso coupé de cavalos brancos, não sem se demorar alguns na entrada do Colégio para serem melhor contemplados. O Imperador e a Imperatriz rumo de São Cristóvão, afastava-se a guarda de honra ao som de dobrado de sua banda de música. Voltava a Rua Larga de São Joaquim ao sossego, de cerimônia restando na via pública folhas de mangueira e canela e requisitadas com antecedência, e fornecidas pelo Horto Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Cada qual no seu bairro, eram os bacharéis esperados pela vizinhança, aglomerada às portas e janelas para observar a chegada do recente triunfador. (Dória, *op. cit.*, p.93-94).

No início da década de 1870, obras foram realizadas no Externato do CPII, em especial no espaço que abrigava as solenidades. Todos os anos, quando se aproximava o dia da cerimônia, o local tinha que ser preparado: erguia-se o trono imperial; colocava-se a mesa para Reitor, autoridades e professores; dispunham-se as cadeiras para bacharelados e familiares. Até então, o lugar era chamado de *Sala Grande* e, diante das palavras do responsável por coordenar a obra neste espaço, o engenheiro e arquiteto Bethencourt da Silva, notamos que sua aparência ainda não condizia com a importância do principal evento que ali ocorria todos os anos:

tendo o Ministro do Império confiado às minhas habilitações architectonicas arduo e difficilimo encargo de preparar o salão do grau de Bacharelado do Collegio Pedro 2º de modo que me fosse compattivel com o fim do seu destino, tirando-se-lhe o aspecto que tinha até então de um simples armazem ou deposito de grosseiras mercadorias, procurei responder àquelle empenho [...] o dever de realisar alli alguma cousa de ordem superior, original, que a altura da sua missão moral fosse digna do governo que a ordenou e do Imperador cujo nome enriquece aquelle edificio [...] ornamentação artistica de ordem superior que não tem por ora rival no Brazil.¹²

¹² Ofício de 11/11/1874. Documento registrado no AN, código IJJ2 – 403.

O ofício de Bethencourt da Silva foi enviado ao Ministro do Império com o fim de declarar que a obra coordenada pelo arquiteto estava acabada¹³. Talvez o engenheiro tenha empregado aquelas expressões sobre a Sala Grande – *um simples armazem ou deposito de grosseiras mercadorias* – como um recurso estratégico com vistas à valorização do seu trabalho. No entanto, a partir da obra coordenada por Francisco Bethencourt, o local passou a ser conhecido como o Salão Nobre do CPII, considerado uma das mais imponentes e belas salas públicas do país. Escragnolle Dória¹⁴ reconheceu o trabalho do arquiteto, ressaltando a originalidade e a qualidade da ornamentação do Salão Nobre, segundo ele, junto com a *Sala da Alfândega* e a *Sala do Senado*, um dos mais vultuosos espaços públicos brasileiros da época. Pela citação a seguir, podemos notar que símbolos do Império do Brasil, das *sciencias*, das artes e das *letras* preenchiam o Salão Nobre do CPII.

Apresentava o salão do século XIX, alguma coisa graciosa, do faceiro estilo Pompadour [...] nas sobreportas do salão, nada menos de vinte e três, nelas, entre adornos esculturais, gravados nomes que para os bacharéis constituíam verdadeiro ementário das matérias do curso de bacharelado em letras. Em cada sobreporta um vulto gravado: Euler simbolizando a matemática, Demóstenes, a retórica, Horácio, a poesia, Lucena, a literatura portuguesa, Basílio da Gama, a brasileira, Xenofonte, a língua grega, César, a latina, Bossuet a francesa, Goethe, a alemã, Milton, a inglesa, Rossini a música, Rafael o desenho, Clias, a ginástica, Anchieta, a doutrina cristã, Calmet a história sagrada, Temístocles, a antiga, Gibbon, a média, Guizot, a moderna, Gândavo, a do Brasil, Platão, a filosofia, Cuvier, as ciências naturais, Kepler, a cosmografia, Estrabão, a geografia [...] ao fundo do salão erguiam-se duas enormes cariátides, ornato arquitetônico a ressaltar de superfície quase sempre vertical, para sustentação de figura ou objeto. Tinham as cariátides do Colégio significação especial, simbolizavam a capital do Império, cingidas de coroa dourada sustentavam cimalha, esta com escudos das armas imperiais e as setas de São Sebastião, padroeiro da cidade carioca. Ao fundo do salão assim ornamentado erguia-se todos os anos, no dia de grau, o trono imperial, entre cortinas de veludo verde, dragões ao lado, o dragão símbolo da Casa de Bragança. O Imperador e a Imperatriz ocupavam lugar privilegiado. Sentava toda a assistência, de pé desde a entrada dos imperantes, começava a cerimônia (Dória, 1997, p.122-123-124).

Os alunos premiados e os Bacharéis em Letras passaram a ter com o Salão Nobre um lugar ainda mais condizente com o brilho e o destaque que o CPII desejava

¹³ O Salão Nobre foi inaugurado em 27/02/1875, na Cerimônia de Distribuição de Prêmios e de colação de grau da turma de 1874.

¹⁴ Artigo intitulado *Salas Magnas*, publicado por Escragnolle Dória na *Revista da Semana*, em 23/03/1946. Documento localizado no AN, código 91.64.

proporcionar-lhes. Nesse lugar, o governo imperial entregava à sociedade o produto do Colégio da Corte, os jovens que dariam continuidade a sua formação nas Academias Superiores e que, posteriormente, deveriam ingressar no mundo do governo imperial, garantindo, assim, a expansão Saquarema.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Moreira de. *Pequeno panorama ou descrição dos principaes edificios da cidade do Rio de Janeiro*. Volume 111. Typographia Paula Brito: Rio de Janeiro, 1862.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil. *Decreto 2006 de 24/10/1857*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857
- BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil. *Decreto 354 de 25/04/1844*.
- BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil. *Regulamento n.8 de 31/01/1838*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.
- BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.
- COLLEGIO PEDRO II. *Homenagem ao Primeiro Centenario Natalicio de D. Pedro II Fundador e Protetor do Collegio (1825-1925)*. Rio de Janeiro: Collegio Pedro II, 1925.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2ª edição. Brasília: INEP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- FRAGO, Antônio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.27, jul., 1998, p. 17-27.
- Haidar, Maria de Lourdes M. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1972.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. Discurso de inauguração das aulas do Colégio Pedro II. *Studia*, ano 1, n.1, dezembro, Rio de Janeiro, 1950, p.177-179.